

REPORTE TRIMESTRAL

Informação a 31 de dezembro de 2020

Enquadramento

O presente reporte acompanha, com uma periodicidade trimestral, o modelo de monitorização territorial, operacional e financeira dos instrumentos territoriais (ITI/PDCT, AIDUS/PEDU e DLBC) bem como de outras intervenções e investimentos com forte incidência territorial (por exemplo, PARU para os centros urbanos complementares) e do investimento municipal.

A dimensão de territorialização da aplicação dos fundos (PO Temáticos e Regionais) tem por base a localização das operações.

Este reporte integra-se nas atividades regulares da Unidade de Política Regional (UPR) da Agência para o Desenvolvimento e Coesão no âmbito das suas competências de acompanhamento, monitorização e avaliação das dinâmicas e políticas de desenvolvimento regional.

Notas:

i) A informação disponibilizada neste reporte provem do Sistema de Monitorização do Portugal 2020 sendo coerente com o Boletim Informativo dos fundos da UE da AD&C.

ii) Uma vez que uma operação pode ter incidência em mais do que um território, nos quadros em que se utiliza a designação *número de registos* está a considerar-se o número de incidências de uma operação num determinado território.

Metodologia

- ◆ A territorialização das operações tem por base a sua localização (incidência).
- ◆ Uma operação pode ter incidência territorial em mais do que um município, NUTS III ou NUTS II, pelo que o número de registos corresponde às incidências territoriais dessa operação.
- ◆ Os quadros dos instrumentos territoriais incorporam informação de 31.12.2020 relativa ao FEADER, disponibilizada pela Autoridade de Gestão do PDR 2020 (PDCT e DLBC Rural) e informação relativa ao FEAMP, disponibilizada pela Autoridade de Gestão do MAR 2020 (DLBC Costeiro).
- ◆ A informação considerada para o processo de monitorização tem por base a informação residente no sistema de monitorização do Portugal 2020.
- ◆ Nos Instrumentos Territoriais, apenas são consideradas as operações com ligação inequívoca a esses Instrumentos.

Análise Global

A 31 de dezembro de 2020, os **PO Regionais** (Continente e Regiões Autónomas) contabilizavam um total de 36.201 operações aprovadas, correspondendo a um valor global de 8.717 M€ de fundo aprovado, 4.189 M€ de fundo executado e 4.432 M€ de pagamentos.

O FEDER enquadrou 29.618 operações, correspondendo a 7.147 M€ de fundo aprovado, 3.501 M€ de fundo executado e 3.696 M€ de pagamentos. O FSE enquadrou 6.583 operações, que correspondem a 1.569 M€ de fundo aprovado, 688 M€ de fundo executado e 735 M€ de pagamentos.

Os PO das Regiões Autónomas continuavam a registar uma taxa média de compromisso (96%) e de execução (63%) superior aos PO Regionais do Continente (93% e 41%, respetivamente) e, no caso da taxa de execução, ao PT2020 (57%).

No final do trimestre, todos os POR do Continente registavam taxas de compromisso igual ou superior a 89%, com a taxa mais alta a verificar-se no POR Alentejo (107%). As taxas de execução variavam entre 40% no POR Alentejo e 43% no POR Lisboa.

O POR Lisboa foi o que observou uma evolução mais acentuada da taxa de compromisso no quarto trimestre de 2020, com um aumento de 8,7 p.p. face ao trimestre anterior.

As taxas de execução têm um comportamento semelhante em todos os PO Regionais do Continente com evoluções que variaram entre 3,7 p.p. no POR Lisboa e 5,7 p.p. no POR Alentejo.

NUTS II	Programação Financeira 2014-2020 (PR)	Fundo aprovado (AP)	Despesa validada (VAL)	Pagamentos (PG)	Indicadores financeiros (Fundo)	
	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (VAL/PR)
	mil euros	mil euros	mil euros		%	
Portugal 2020	25.859.662	26.861.317	14.676.433	15.647.921	104%	57%
PO Regionais do Continente	7.752.503	7.233.311	3.217.150	3.438.273	93%	41%
PO Norte 2020	3.378.771	3.004.449	1.420.195	1.503.453	89%	42%
PO Centro 2020	2.155.031	1.914.953	879.758	940.897	89%	41%
PO Alentejo 2020	1.082.944	1.161.666	432.788	462.846	107%	40%
PO Lisboa 2020	817.081	867.670	350.178	392.108	106%	43%
PO Algarve 2020	318.676	284.573	134.231	138.968	89%	42%
PO Regiões Autónomas	1.538.707	1.483.396	971.982	993.280	96%	63%
PO Açores 2020	1.137.481	1.091.486	718.780	724.063	96%	63%
PO Madeira 14-20	401.226	391.910	253.202	269.217	98%	63%

Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020

REPORTE TRIMESTRAL

Informação a 31 de dezembro de 2020

Investimentos de Esfera Municipal

Relativamente à concretização dos investimentos de entidades da **esfera municipal**, verifica-se que, em termos acumulados, encontram-se aprovados 9.703 registos de operações correspondendo a um volume de fundo de 3.211 M€.

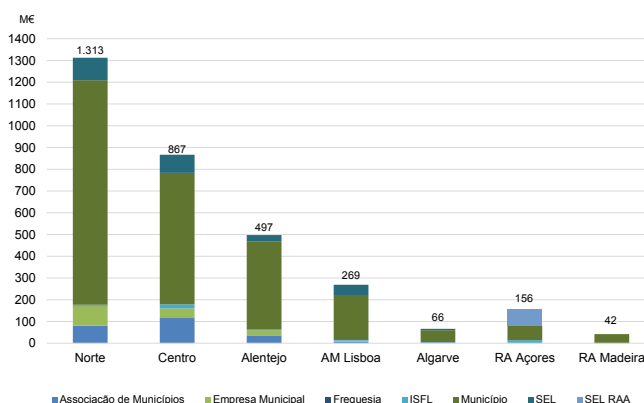
Os municípios mantêm-se como os principais promotores no âmbito da esfera municipal, com 75% do fundo aprovado de 2.403 M€.

A NUTS II com maior volume de fundo aprovado no âmbito da esfera municipal é o Norte, registando 1.313 M€ (41% do total de aprovações).

A PI 6.5 (requalificação e ambiente urbano) com 637 M€ continua a ser a PI com maior volume de fundo aprovado, sendo a que regista igualmente o maior número de registos de aprovações (1.282). Segue-se a PI 6.2 (investimentos no setor da água) com um volume de fundo aprovado de 413 M€ e 999 registos de operações.

No último trimestre de 2020, as PI 10.5 e 6.5 foram as que registaram maiores volumes de aprovações: 32 M€ e 31 M€, respetivamente.

Esfera Municipal - fundo aprovado por região e setor Institucional, a 31.dez.2020



Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020

Incidência Territorial - localização das operações

Até 31 de dezembro de 2020 encontrava-se aprovado um total de 88.354 operações no âmbito dos fundos da Política de Coesão (FEDER, FSE e FC) do Portugal 2020, com um volume total de 22.577 M€ fundo aprovado e 11.398 M€ de fundo validado.

No que concerne à afetação regional dos fundos no conjunto dos **PO Temáticos**, é na região Norte que se concentra o maior volume de compromisso (45%) e de fundo validado (46%). Seguem-se o Centro (33% e 34%, respetivamente) e o Alentejo (9%, em ambos).

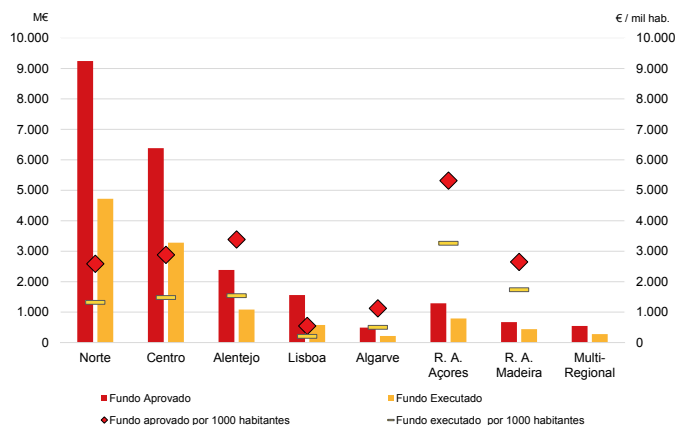
A distribuição regional *per capita* faz salientar a Região Autónoma dos Açores que regista o maior volume de fundo aprovado bem como executado, por mil habitantes, por contraposição à A.M. de Lisboa.

Distribuição regional dos PO Temáticos dos fundos da Política de Coesão (M€), a 31.dez.2020

PO Temáticos / Regiões	PO CH		PO CI		PO ISE		PO SEUR	
	Aprovado	Executado	Aprovado	Executado	Aprovado	Executado	Aprovado	Executado
Portugal	3.281	2.265	5.930	2.546	2.389	1.339	2.146	1.001
Norte	1.719	1.200	2.808	1.234	1.104	600	610	269
Centro	1.078	765	2.059	966	784	426	548	245
Alentejo	316	216	475	179	245	131	188	124
Lisboa	47	0	133	7	127	106	384	118
Algarve	9	0	83	0	25	20	92	64
R. A. Açores	0	0	107	47	27	20	66	5
R. A. Madeira	0	0	0	0	22	13	259	175
Multi-Regional	112	84	265	113	54	24	0	0
Não Territorializado	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020

Distribuição regional *per capita* dos fundos da Política de Coesão, a 31.dez.2020



Nota: O investimento que não é passível de ser imputado apenas a uma região é classificado como Multi-Regional.

Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020

REPORTE TRIMESTRAL

Informação a 31 de dezembro de 2020

Instrumentos Territoriais

Compromisso e execução, por instrumento territorial, a 31.dez.2020

Instrumto Territorial/Fundo	Contratado	Fundo Aprovado	Fundo Validado	Pagamentos
PDCT	1.302.938	980.961	456.773	461.168
FEDER	919.733	719.549	371.180	369.671
FSE	319.676	206.554	72.104	78.407
FC	13.512	12.595	9.113	8.855
FEADER	50.017	42.264	4.375	4.234
PEDU	828.809	720.614	327.126	324.120
FEDER	828.809	720.614	327.126	324.120
PARU (+)	246.064	217.995	119.678	117.478
FEDER	246.064	217.995	119.678	117.478
DLBC	306.019	199.299	64.665	68.435
Costeiro	37.864	20.820	5.518	5.851
FEDER	7.368	4.087	978	1.219
FSE	6.996	1.191	51	67
FEAMP	23.500	15.542	4.490	4.564
Rural	243.585	167.074	58.049	61.136
FEDER	55.037	48.945	24.389	27.335
FSE	57.225	15.962	1.601	1.913
FEADER	131.323	102.167	32.059	31.888
Urbano	24.571	11.405	1.097	1.449
FEDER	8.490	1.550	832	868
FSE	16.080	9.855	266	581

No âmbito dos instrumentos territoriais o número de registos de operações aprovadas a 31 de dezembro de 2020 era de 14.814.

No âmbito dos PDCT encontravam-se aprovados 4.888 registos de operações como um volume de fundo associado de 981 M€ e 457 M€ validados. Cerca de 74% do fundo aprovado diz respeito ao FEDER.

Os PEDU, nas suas três áreas de intervenção, totalizavam 1.425 registos de operações aprovadas a que correspondia um montante de 721 M€ de FEDER aprovado e 327 M€ de fundo validado.

Nos DLBC, estavam aprovados 8.501 registos de operações, maioritariamente na vertente rural (7.903). Continua a ser expressiva a preponderância desta vertente no volume de fundo aprovado, com 84%.

O quadro à direita apresenta uma síntese da execução financeira dos instrumentos territoriais por fundo.

Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020.

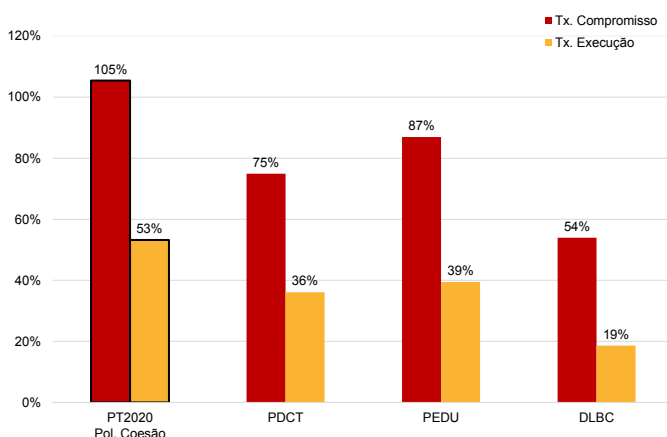
(+) O PARU, não sendo um Instrumento Territorial é integrado neste quadro pois assume um compromisso indireto dos POR para com os municípios (valor na coluna *Contratado*).

Instrumento Financeiro de Reabilitação e Revitalização Urbana—IFRRU 2020

O IFRRU é um instrumento financeiro que conjuga fundos europeus do PT 2020, empréstimos do BEI e CEB e da banca comercial. Atualmente regista um total de 276 projetos com um fundo aprovado de 38.053 M€. O quadro apresenta a informação financeira relativamente aos projetos de **reabilitação urbana** em que os POR do Continente surgem como financiadores. Algumas destas operações são simultaneamente financiadas pelo PO SEUR na componente de eficiência energética.

Financiador	N.º de projetos	Fundo Aprovado
POR Norte	28	8.978.481
POR Centro	36	8.470.396
POR Lisboa	12	6.941.361
POR Alentejo	10	2.870.108
POR Algarve	7	4.855.362
Total	93	32.115.706

Taxa de compromisso e de execução, por instrumento Territorial (Política de Coesão), a 31.Dez.2020



Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020

No gráfico à esquerda pode observar-se as taxas de compromisso e de execução dos principais instrumentos territoriais em comparação com o Portugal 2020, na vertente Política de Coesão.

No último trimestre de 2020, os PEDU continuavam a ser o instrumento territorial que registava a maior taxa de compromisso (87%). Ainda assim estes valores encontram-se 19 p.p. abaixo da taxa de compromisso para a totalidade dos fundos da Política de Coesão.

Os PDCT apresentavam uma taxa de compromisso de 75% e os DLBC uma taxa de 54%.

Os PEDU são os instrumentos com taxas de execução mais elevadas (39%), embora abaixo dos 53% do PT2020 na componente Política de Coesão.

Ao nível dos DLBC, tanto o compromisso (54%) como a execução continuam a ser pouco expressiva (19%).

Em síntese, os instrumentos territoriais apresentam ainda taxas de compromisso e, sobretudo, de execução reduzidas face ao conjunto dos fundos da Política de Coesão.

REPORTE TRIMESTRAL

Informação a 31 de dezembro de 2020

Síntese dos Instrumentos Territoriais

A 31 de dezembro de 2020, no âmbito dos instrumentos com incidência territorial (PDCT, PEDU, PARU e DLBC), contabilizavam-se 15.479 registos de aprovações. O fundo comprometido era 2.119 M€, a execução 968 M€ e o volume de pagamentos 971 M€. No âmbito dos PDCT o volume total de fundo aprovado é de 981 M€ e nos PEDU de 721 M€. O instrumento com a taxa de compromisso mais elevada continuou a ser os PARU, com 89%. A taxa de execução mais alta, para o conjunto dos instrumentos analisados registava-se no Alentejo (40,9%).

Os DLBC foram o instrumento territorial que tiveram maior número de registos aprovados face ao trimestre anterior (436). De referir ainda que os DLBC de Lisboa registaram os maiores aumentos trimestrais da taxa de compromisso (34 p.p.), com destaque para a vertente urbana (+56 p.p. que no trimestre anterior).

O quadro seguinte apresenta a distribuição dos fundos (à data de 31 de dezembro de 2020) por Região e por **Instrumento Territorial**.

Instrumento Territorial / Fundo	Programação Financeira 2014-2020 (PR)		Aprovações (AP)				Despesa validada (VAL)	Pagamentos aos beneficiários (PG)	Indicadores financeiros (Fundo)			
	Nº	Fundo Comunitário mil euros	Nº de Registos	Investimento/ custo total mil euros	Investimento/ custo total elegível mil euros	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário mil euros	Fundo Comunitário mil euros	Taxa de compromisso (AP / PR)	Taxa de execução (VAL / PR)	Taxa de pagamento (PG / AP)	Taxa de reembolso (PG / VAL)
Portugal 2020	n.a.	25.859.522	406.164	50.839.122	45.337.577	26.861.317	14.676.433	15.647.921	104%	57%	58%	107%
TOTAL - IT	379	2.683.830	15.479	3.570.744	2.871.904	2.118.869	968.241	971.201	78,9%	36,1%	45,8%	100%
PDCT	22	1.302.938	4.888	1.562.467	1.289.905	980.961	456.773	461.168	75,3%	35,1%	47,0%	101%
PEDU	105	828.809	1.425	1.158.280	907.914	720.614	327.126	324.120	86,9%	39,5%	45,0%	99%
PARU	170	246.064	665	331.130	258.711	217.995	119.678	117.478	88,6%	48,6%	53,9%	98%
DLBC	82	306.019	8.501	518.867	415.373	199.299	64.665	68.435	65,1%	21,1%	34,3%	106%
NORTE - IT	n.a.	1.264.141	5.610	1.604.596	1.244.220	990.192	466.618	464.691	78,3%	36,9%	46,9%	100%
PDCT	8	632.925	2.067	684.317	554.085	449.350	221.426	222.806	71,0%	35,0%	49,6%	101%
PEDU	29	409.827	660	601.713	434.650	369.400	161.970	159.868	90,1%	39,5%	43,3%	99%
PARU	57	123.868	339	164.459	133.939	113.848	63.949	62.131	91,9%	51,6%	54,6%	97%
DLBC	21	97.522	2.544	154.107	121.546	57.594	19.272	19.886	59,1%	19,8%	34,5%	103%
Costeiro	2	9.211	27	4.367	3.825	2.774	507	504	30,1%	5,5%	18,2%	100%
Rural	16	77.811	2.466	144.970	112.986	51.112	18.433	18.742	65,7%	23,7%	36,7%	102%
Urbano	3	10.500	31	4.770	4.736	3.707	333	640	35,3%	3,2%	17,3%	192%
CENTRO - IT	n.a.	802.795	4.529	913.309	763.583	572.803	256.480	259.676	71,4%	31,9%	45,3%	101%
PDCT	8	408.626	1.386	414.230	361.572	277.577	123.117	126.693	67,9%	30,1%	45,6%	103%
PEDU	32	219.508	269	240.166	200.056	170.048	77.639	76.050	77,5%	35,4%	44,7%	98%
PARU	68	75.730	180	97.960	75.701	64.346	37.750	37.671	85,0%	49,8%	58,5%	100%
DLBC	28	98.932	2.694	160.952	126.254	60.833	17.974	19.263	61,5%	18,2%	31,7%	107,2%
Costeiro	5	14.013	178	17.442	15.244	9.279	2.002	2.158	66,2%	14,3%	23,3%	107,8%
Rural	23	84.918	2.516	143.509	111.011	51.555	15.972	17.104	60,7%	18,8%	33,2%	107,1%
ALENTEJO - IT	n.a.	397.089	3.718	597.873	496.963	364.338	162.452	164.512	91,8%	40,9%	45,2%	101%
PDCT	5	171.088	982	255.987	214.946	165.934	77.623	76.796	97,0%	45,4%	46,3%	99%
PEDU	26	120.860	255	153.269	131.780	110.451	49.888	51.077	91,4%	41,3%	46,2%	102%
PARU	32	37.986	104	53.735	39.939	33.865	15.227	15.171	89,2%	40,1%	44,8%	100%
DLBC	11	67.155	2.377	134.882	110.298	54.087	19.714	21.468	80,5%	29,4%	39,7%	109%
Costeiro	1	3.674	81	6.540	4.945	2.974	753	862	80,9%	20,5%	29,0%	114%
Rural	10	63.482	2.296	128.342	105.354	51.114	18.960	20.607	80,5%	29,9%	40,3%	109%
A.M. LISBOA - IT	n.a.	191.456	1.207	414.067	337.153	175.061	76.420	76.273	91,4%	39,9%	43,6%	100%
PDCT	1	90.300	453	207.932	159.303	88.100	34.607	34.873	97,6%	38,3%	39,6%	101%
PEDU	18	78.614	241	163.132	141.428	70.714	37.628	37.124	90,0%	47,9%	52,5%	99%
DLBC	13	22.542	513	43.003	36.423	16.247	4.185	4.276	72,1%	18,6%	26,3%	102%
Costeiro	2	5.075	62	6.756	6.471	3.486	1.288	1.355	68,7%	25,4%	38,9%	105%
Rural	2	7.202	284	21.928	16.242	5.963	2.336	2.333	82,8%	32,4%	39,1%	100%
Urbano	9	10.266	167	14.320	13.710	6.798	561	587	66,2%	5,5%	8,6%	105%
ALGARVE - IT	n.a.	28.348	415	40.899	29.983	16.474	6.272	6.048	58,1%	22,1%	36,7%	96%
PARU	13	8.480	42	14.976	9.132	5.936	2.752	2.506	70,0%	32,5%	42,2%	91%
DLBC	9	19.868	373	25.923	20.851	10.539	3.520	3.543	53,0%	17,7%	33,6%	101%
Costeiro	2	5.892	29	5.761	4.918	2.308	968	971	39,2%	16,4%	42,1%	100%
Rural	3	10.172	321	18.329	14.422	7.331	2.348	2.349	72,1%	23,1%	32,0%	100%
Urbano	4	3.805	23	1.833	1.510	900	204	222	23,6%	5,4%	24,7%	109%